

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 17/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de promover a captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede PRPE.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A Procuradoria está inserida em uma área da região metropolitana do Recife, no estado de Pernambuco, dentro do bioma da Mata Atlântica em um espaço totalmente urbanizado, que apresenta vegetação exótica em áreas ajardinadas dos empreendimentos e residências. Possui ainda grande volume de frutificação, sendo este um bom atrativo para animais sinantrópicos, a exemplo dos timbus (*Didelphis albiventris*).

1.2 - Devido ao contexto acima, existe elevado número de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) que percorrem diariamente as instalações do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, em especial no shaft de elétrica, através das eletrocalhas, onde há a concentração de todos os cabos elétricos, rede de dados e cabos de câmeras de segurança, bem como em todos os forros das salas e corredores.

1.3 - Considerando os danos que estes animais podem causar ao patrimônio público e à saúde humana, considerando ainda que a espécie se reproduz até três vezes ao ano, gerando em média 10 (dez) filhotes por vez, faz-se necessária a retirada dos animais e a destinação para o órgão ambiental competente, para que este os devolva ao seu *habitat* natural.

1.4 - O resgate e captura está previsto para ser executado a partir da emissão da autorização de manejo de fauna e deve acontecer sempre que houver aparição dos animais nas dependências da Procuradoria. Para isso, toda a área do empreendimento onde há ocorrências será percorrida, com a finalidade de detectar a presença de timbus (*Didelphis albiventris*). Os timbus (*Didelphis albiventris*) serão resgatados e manejados para a área de soltura.

1.5 - O objeto desta contratação se enquadra no código **GRUPO 859/ CATSER 19135**, do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2024, e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF - para os anos de 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.084, de 19 de dezembro de 2022, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo: "OE 09: Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade".

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 - A empresa contratada deve ser especializada no serviço de captura, resgate e manejo de fauna silvestre, em especial dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão no edifício-sede da PRPE, para destiná-los ao órgão estadual competente.

3.1.2 - O serviço de captura, resgate e manejo de timbus do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco engloba:

- 3.1.2.1** – Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
- 3.1.2.2** - Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
- 3.1.2.3** - Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte;
- 3.1.2.4** – Desenvolvimento de um Plano de Ação;
- 3.1.2.5** – Elaboração do Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA), conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
- 3.1.2.6** – Elaboração de Relatório Técnico Gerencial ao final dos serviços.
- 3.1.3** – O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
- 3.1.4** – A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
- 3.1.5** - Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros socorros aos animais.
- 3.1.6** - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.
- 3.1.7** - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.1.8** - A mão de obra disponível para execução dos serviços deve ser composta de profissionais qualificados, tendo o CONTRATANTE o direito de rejeitar o emprego de qualquer profissional que não esteja de acordo com a execução deles.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022:** autoriza a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- **Resolução CFBio nº 699, de 20 de abril de 2024:** dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências;
- **Resolução CFMV nº 683, de 16 de outubro de 2023:** atualiza e consolida a regulamentação da responsabilidade técnica no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs;
- **Instrução Normativa CPRH nº 7, de 28 de dezembro de 2018:** estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre em decorrência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos, sujeitos ao licenciamento ambiental;
- **Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007:** estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeita ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções Conama nº 001/86 e nº 237/97;
- **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:** dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- **Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011:** fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações

administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

- **Resolução CONAMA nº 1/1988:** dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - A duração do contrato de prestação dos serviços será de **03 (três) meses**.

3.4.2 - Os serviços serão prestados mediante visitas periódicas à sede da PRPE, em dias e horários acordados com o fiscal do contrato, conforme o Plano de Ação a ser apresentado;

3.4.3 - As visitas devem ocorrer, inclusive, durante o período da noite, uma vez que os animais têm hábitos noturnos;

3.4.4 - A contratada deverá atender, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), o chamado do fiscal do contrato sempre que um animal da espécie for capturado por uma armadilha ou for detectada a sua presença em local que ofereça risco às instalações e/ou aos servidores, membros e público da instituição.

3.4.5 - O prazo máximo de execução do objeto deve ser de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do início estabelecido na ordem de serviço.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar com antecedência, ao setor responsável pela fiscalização dos serviços, o dia de realização das suas atividades, informando dia, hora de chegada na sede, nome e CPF dos funcionários. O prazo de comunicação poderá ser de no mínimo de 48 (quarenta e oito horas) e poderá ser feito via e-mail e/ou mensagem por WhatsApp. O setor responsável se encarregará de solicitar à DISOT (Divisão de Segurança Orgânica e Transporte) autorização de entrada no prédio da empresa contratada.

3.5.2 - Os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.3 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços, ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio do MPF ou de terceiros.

3.5.4 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - O serviço deverá ser executado de forma indireta, por empresa devidamente registrada no Conselho Regional de Biologia – **CRBio** - e/ou Conselho Regional de Medicina Veterinária – **CRMV**.

3.6.2 - Será necessário o registro da ART- Anotação de Responsabilidade Técnica - no **CRBio-05** (5ª Região) e/ou no **CRMV/PE**, conforme previsão nas Resoluções CFBio nº 699, de 20 de abril de 2024, e CFMV nº 683, de 16 de outubro de 2023, respectivamente. Qualquer atraso do serviço ocasionado pelo não registro da ART será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6.3 - A ART será registrada no prazo máximo de 30 (trinta) dias (Biólogo) ou 10 (dez) dias (Médico Veterinário ou Zootecnista), contados a partir da data do início das atividades, conforme

art. 6º da Resolução CFBio nº 699, de 20 de abril de 2024, e Resolução CFMV nº 683, de 16 de outubro de 2023, respectivamente.

3.6.4 - Caso a empresa CONTRATADA/PROFISSIONAL esteja registrado(a) ou inscrito(a) no CRBio e/ou CRMV de unidade federativa que não seja 5ª Região ou de Pernambuco, respectivamente, deverá providenciar o registro secundário no CRBio/5ª Região e/ou inscrição secundária no CRMV/PE.

3.6.5 - O serviço a ser executado deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação e a boa técnica, conforme as especificações contidas no termo de referência.

3.6.6 - A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.

3.7- Requisitos de Garantia

Não se aplica.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

O serviço objeto da contratação necessita de expertise profissional no assunto, uma vez que as atividades devem seguir os princípios da biossegurança geral e do bem-estar animal, utilizando métodos indolores e que requeiram o mínimo de contenção, a fim de reduzir o estresse e sofrimento do animal. Portanto, faz-se necessária a apresentação de comprovação de capacidade técnica no seguinte formato:

3.8.1 - Certidão de Registro ou Inscrição no **Conselho Regional de Biologia – CRBio - e/ou Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV -**, em nome da empresa participante, com validade na data de abertura do certame, em que conste a área de atuação da empresa, compatível com o objeto deste estudo.

3.8.2 – Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível com a prestação de serviços com características técnicas e procedimentos de execução equivalentes ou superiores ao objeto deste estudo, qual seja, **o resgate e manejo de fauna silvestre**, que comprovem:

3.8.2.1 - Ter o prestador executado ou estar executando de forma satisfatória os serviços pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto desta contratação direta.

3.8.2.2 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.8.3 – Comprovação da empresa, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir pelo menos 01 (um) profissional de nível superior, podendo este ser **Biólogo, Médico Veterinário ou Zootecnista**, contratado ou integrante de seu quadro permanente, com registro válido no respectivo conselho de classe.

3.8.3.1 – A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante;

3.8.3.2 – O profissional indicado pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá ser o responsável técnico pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração da PRPE.

3.8.4 - A empresa deverá apresentar o Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CFT/AINDA) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA -, inclusive dos técnicos de nível superior, de acordo com a Resolução CONAMA nº 01, de 16 de março de 1988, e IN-IBAMA n.º 10, de 17 de agosto de 2001;

3.8.5 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

3.9.1 - Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade e pequeno vulto, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental

3.10.1 - A empresa deverá cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental do subitem 3.11, bem como assinar, sob as penas da lei, declaração de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e declaração social de inexistência de trabalho escravo, não exploração do trabalho infante-juvenil e não discriminação.

3.10.2 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.11 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

3.11.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

3.11.2 - Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de acordo com o Art. 45 da Lei 14.133/2021, a Contratada deverá respeitar, especialmente, as normas relativas a:

3.11.2.1 - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

3.11.2.2 - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

3.11.2.3 - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

3.11.2.4 - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

3.11.2.5 - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

3.11.2.6 - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.12 - Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 – As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao **Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais** da Procuradoria da República em Pernambuco, por meio do telefone (81) 2125-8958 / 2125-7388.

3.12.1.1 – O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

3.12.1.2 – Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o fornecedor deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o

utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Aviso de Dispensa de Licitação.

3.12.1.3 – A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

3.12.2 – A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 – Trata-se da contratação de um único serviço: a captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) existentes na sede PRPE. A empresa contratada será responsável pelo levantamento aproximado do número dos indivíduos que habitam ou transitam no edifício, por meio de monitoramento de seus hábitos, ocorrências, rotas, etc. Após esta etapa, será elaborado um cronograma de visitas semanal.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 – O serviço objeto da contratação estudada só pode ser realizado por profissional devidamente habilitado e autorizado pelos órgãos ambientais. A PRPE, por sua vez, não possui em seu quadro de servidores os referidos profissionais, tampouco o serviço faz parte das suas atividades/atribuições institucionais. Portanto, a única solução para atender à necessidade deste órgão é a contratação de uma empresa especializada para a prestação do serviço.

5.2 - Com a finalidade de instruir este Estudo Técnico Preliminar, foram realizadas consultas a empresas especializadas no serviço de captura, resgate e manejo no mercado local. Ao menos 04 (quatro) empresas demonstraram interesse, enviaram cotação e informaram possuir a documentação elencada no item 3.8. Dessa forma, verificou-se, de forma preliminar, a existência de interesse no objeto da futura licitação e a capacidade do mercado em atender o escopo pretendido da contratação.

5.3 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.3.1 - Uma vez que o objeto a ser contratado se caracteriza como serviço comum e pode-se constatar a atuação de várias empresas atuando neste mercado, **os serviços deverão ser executados de forma indireta**, por empresa especializada, com uso de mão de obra não residente.

5.3.2 - A transferência da execução dos serviços para uma empresa especializada aumenta a capacidade da Administração de gerenciar essa execução, com foco na eficiência e na garantia de qualidade, sobretudo considerando que a PR-PE não possui em seu quadro de pessoal mão de obra suficientemente habilitado e capacitado para tanto.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Na Pesquisa de Preços feitas no site Compras.gov.br não foi identificado nenhum serviço semelhante. Foram usados como termos de pesquisa: Captura de timbus, Captura de *Didelphis albiventris*, Captura, resgate e manejo de timbus, Captura, resgate e manejo de *Didelphis albiventris*.

6.2 - Já o mercado local para realização do serviço objeto do contrato é amplo e facilmente encontrado na internet. Pesquisa em páginas de busca demonstra haver empresas em todo o Brasil. Foi realizada uma cotação de mercado, a fim não somente de aferir os preços praticados, mas também de verificar a existência de interessados em participar de um eventual certame. As empresas e os respectivos preços ofertados estão listados abaixo:

CÓD. GRUPO	CÓD. SERVIÇO	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR ESTIMADO TOTAL
859	19135	SILVESTRE AMBIENTAL LTDA	21.225.905/0001-30	R\$ 19.500,00
		SPIZAETUS AMBIENTAL	22.348.005/0001-42	R\$ 23.034,00
		GM CONSULTORIA AMBIENTAL	08.741.232/0001-02	R\$ 33.000,00
		TAXON ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA	18.374.556/0001-03	R\$ 33.365,25

6.3 - Para formação do preço de referência, foi escolhido o método do **MENOR VALOR** obtido na pesquisa de preços, por meio de pesquisa de mercado junto às empresas que prestam serviços desta natureza em Recife/PE e região metropolitana, no intuito de obter a realidade do mercado local, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.4 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.5 - O valor global estimado para a contratação dos serviços propostos é de **R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)**.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Contratação de empresa especializada para promover a captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com destinação para o órgão ambiental competente, para que este os devolva ao seu *habitat* natural.

7.2 - O serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco consiste, basicamente, em:

7.2.1 – Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;

7.2.2 - Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;

7.2.3 - Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte;

7.2.4 – Desenvolvimento de um Plano de Ação;

7.2.5 – Elaboração do Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA), conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;

7.2.6 – Elaboração de Relatório Técnico Gerencial ao final dos serviços.

7.3 - As rotinas e detalhes dos serviços objeto da contratação constarão no Termo de Referência.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - A contratação se dará por meio da **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com base no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, considerando o elevado custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade), bem como os princípios da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

↓]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;"

↓]

8.2 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da modalidade **"Dispensa Eletrônica exclusiva para ME/EPP"**, para os serviços de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com destinação para o órgão ambiental competente, para que este os devolva ao seu *habitat* natural.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A contratação em tela visa adquirir para a administração um **ÚNICO ITEM, indivisível**, não havendo que se falar em parcelamento do objeto. Ademais, por oportuno, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.2 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.3 - No caso em tela, o objeto deste estudo não permite divisão, senão em etapas de um mesmo serviço, tais como diagnóstico inicial, planejamento, autorização nos órgãos ambientais, execução e relatório final, que devem ser planejadas e executadas por uma mesma empresa especializada, sob pena de ingerência entre diversas empresas, e até do insucesso no alcance do objetivo final.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - O resultado imediato pretendido com a contratação é:

- Evitar danos e prejuízo ao patrimônio público, além de transtornos de ordem técnica operacional, uma vez que os animais podem ocasionar curtos elétricos e danificar os cabos elétricos, rede de dados e câmeras de segurança, ocasionando a interrupção dos serviços executados pelos membros e servidores.
- Zelar pela saúde dos membros, servidores e público em geral da instituição, uma vez que os animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) podem ser transmissores de doenças, como a doença de Chagas (Tripanossomíase Americana), raiva, leptospirose, entre outras.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não existe impacto negativo ambiental na solução proposta, se executada em conformidade com a legislação ambiental competente. Ademais, considerando as orientações contidas na IN MPOG nº 1/2010, propostas para a presente solução, poderão ser exigidas boas práticas ambientais para a contratação.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para promover a captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com destinação para o órgão ambiental competente, para que este os devolva ao seu *habitat* natural, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 03 de junho de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FLÁVIO KOJI HIRAMINE
NMSG/PRPE
SETOR DEMANDANTE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00037436/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 17-2024**

Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **03/06/2024 10:32:55**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **03/06/2024 10:37:38**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FLAVIO KOJI HIRAMINE**

Data e Hora: **03/06/2024 10:43:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **03/06/2024 15:18:52**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **03/06/2024 15:19:43**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **03/06/2024 16:39:12**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 52118512.1e485931.dd31837f.0128591b



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00037436/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 17-2024

Complementar - ETP 17-2024.Contrat.Empresa.Captura.de.timbus (versão final).odt

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ETP 17-2024.Contrat.Empresa.Captura.de.timbus \(versão final\).odt](#)

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS DISPENSA ELETRÔNICA

1 – DO OBJETO

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para contratação de empresa especializada para promover a captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com destinação para o órgão ambiental competente, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.001126/2024-15 .

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

A pesquisa foi realizada pela Equipe de Planejamento e Contratações da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei n 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, conforme discriminado nas planilhas em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

() Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 - Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos, conforme o § 1º, Art. 5º da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

3.2 - Justificativa para a escolha dos fornecedores, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023:

Foram consultadas **07 (sete)** empresas especializadas nos seguintes e-mails: maria.comitre@rentokil-initial.com, mariaclara@ecopere.com.br, contato@taxon.com.br, gamaagrupamentogcmjg@gmail.com, contato@falcoambientalconsultoria.com.br. Também foram consultadas por telefone as empresas: LG Consultoria Ambiental LTDA-ME - Spizaetus e Silvestre Ambiental. Porém, **apenas 04 (quatro)** empresas enviaram orçamento: GM Consultoria Ambiental (CNPJ: 08.741.232/0001-02), Taxon Estudos Ambientais LTDA (CNPJ: 18.374.556/0001-03), Silvestre Ambiental LTDA (CNPJ: 21.225.905/0001-30) e Spizaetus Ambiental (CNPJ: 22.348.005/0001-42). Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pela equipe de contratações, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado local, fornecedores que já foram contratados com êxito pela PRPE em períodos anteriores, empresas que trabalham com nota de empenho e empresas que participam de processos licitatórios no sistema de Banco de Preços. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável. Além das propostas recebidas, foram juntados os e-mails enviados aos seguintes fornecedores, que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E A MEMÓRIA DE CÁLCULO

Os preços coletados, bem como a memória de cálculo (MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS), constam nos ANEXOS I e II deste relatório, respectivamente.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

Considerando que o modo de seleção do fornecedor foi definido pela equipe de planejamento no ETP, e se dará por meio de Dispensa Eletrônica, e que foi utilizado como parâmetro a

consulta a potenciais fornecedores, que enviaram suas propostas formais, a metodologia utilizada para a definição do valor máximo estimado para a contratação foi o **menor preço** encontrado na pesquisa de mercado. Deste modo, evita-se que, após a disputa eletrônica, a proposta vencedora tenha valor superior à qualquer proposta apresentada diretamente pelos fornecedores, na pesquisa de preços, garantindo que a administração contrate sempre a proposta mais vantajosa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00037436/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 17-2024

Complementar - MAPA ESTIMATIVO DE PRECOS-Captura de timbus.xlsx

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[MAPA ESTIMATIVO DE PRECOS-Captura de timbus.xlsx](#)

Orçamento - serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus)

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>
Para: maria.comitre@rentokil-initial.com

15 de abril de 2024 às 09:59

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me à pretensão desta Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa para realizar o serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus), que estão presentes em seu edifício sede, destinando-os para o órgão estadual competente.

1. **Objeto:** Captura, resgate e manejo dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente (CETAS Tangará/CPRH).

2. – Atividades Principais:

- Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
 - Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
 - Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.
1. - O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
 2. - A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
 3. - Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.

2. - Atividades Acessórias:

- **Desenvolver um Plano de Ação**, contendo ao menos:
 - Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas;
 - Método a ser utilizado;
 - Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa;
 - Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa;
 - Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;
- **Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA)**, conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
- **Elaborar Relatório Técnico Gerencial** ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do

Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

- **Duração da prestação do serviço:** 3 meses.
- **Forma de pagamento:** Mensal.

Re: Solicita - Orçamento - Serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie Didelphis Albiventris (timbus)

Maria Clara Freitas <mariaclara@ecopere.com.br>
Para: "Alcione Martins da Silva (PR.PE)" <alcione@mpf.mp.br>

15 de abril de 2024 às 11:14

Prezada Sra. Alcione,

Bom dia.

Acuso recebimento.

Atenciosamente,



Em 2024-04-15 10:43, Alcione Martins da Silva (PR.PE) escreveu:

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me à pretensão desta Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa para realizar o serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus), que estão presentes em seu edifício sede, destinando-os para o órgão estadual competente.

1. **Objeto:** Captura, resgate e manejo dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente (CETAS Tangará/CPRH).
2. – **Atividades Principais:**
 - Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
 - Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
 - Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.

- 1. - O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
 2. - A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
 3. - Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.
 - **Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA)**, conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
 - **Elaborar Relatório Técnico Gerencial** ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.
 - Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas;
 - Método a ser utilizado;
 - Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa;
 - Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa;
 - Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;
 - **Desenvolver um Plano de Ação**, contendo ao menos:

2. - **Atividades Acessórias:**

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

- **Duração da prestação do serviço:** 3 meses.
- **Forma de pagamento:** Mensal.

Agradeço antecipadamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE
(81) 9999-55-278

Orçamento - serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus)

Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br>
Para: contato@falcoambientalconsultoria.com.br

19 de abril de 2024 às 17:43

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me à pretensão desta Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa para realizar o serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus), que estão presentes em seu edifício sede, destinando-os para o órgão estadual competente.

1. **Objeto:** Captura, resgate e manejo dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente (CETAS Tangará/CPRH).

2. – Atividades Principais:

- Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
 - Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
 - Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.
1. - O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
 2. - A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
 3. - Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.

2. - Atividades Acessórias:

- **Desenvolver um Plano de Ação**, contendo ao menos:
 - Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas;
 - Método a ser utilizado;
 - Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa;
 - Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa;
 - Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;
- **Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA)**, conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
- **Elaborar Relatório Técnico Gerencial** ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do

Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

- **Duração da prestação do serviço:** 3 meses.
- **Forma de pagamento:** Mensal.

Agradeço antecipadamente,

Alcione Silva

Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE

(81) 9999-55-278

Fwd: Solicitação de Orçamento - RESGATE DE TIMBÚS NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA

Geraldo Miranda <geraldo@gmcambiental.com.br>
Para: "alcione@mpf.mp.br" <alcione@mpf.mp.br>
Cc: Eduardo Cavalcanti <eduardo@gmcambiental.com.br>

23 de abril de 2024 às 07:53

Bom dia, sra. Alcione!

Segue em anexo o escopo e proposta para execução do serviço de resgate do timbu no edifício-sede da Procuradoria da República..

Encaminho também a documentação (atestados e CAT) para comprovação da experiência do profissional que executará os serviços, bem como o portfólio da GM

Favor confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

Geraldo Miranda Cavalcante
Engenheiro Civil e Sanitarista
Auditor Ambiental
F: (81) 3326-9357 C: (81) 99724019

Nome: Alcione silva

Email: alcione@mpf.mp.br

Serviço: Outros

Telefone: (81) 999955278

Descrição do tipo de serviço:

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me à pretensão desta Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa para realizar o serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie Didelphis Albiventris (timbus), que estão presentes em seu edifício sede, destinando-os para o órgão estadual competente.

Objeto: Captura, resgate e manejo dos animais da espécie Didelphis albiventris (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente (CETAS Tangará/CPRH).

– Atividades Principais:

Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;

Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;

Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.

– O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.

– A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.

– Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.

– Atividades Acessórias:

Desenvolver um Plano de Ação, contendo ao menos:

Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas;

Método a ser utilizado;

Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa;

Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa;

Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;

Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA), conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;

Elaborar Relatório Técnico Gerencial ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

Duração da prestação do serviço: 3 meses.

Forma de pagamento: Mensal.

Agradeço antecipadamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE
(81) 9999-55-278

--

Este e-mail foi enviado de um formulário do site(<https://gmcambiental.com.br>)

--

Atenciosamente,

Anasuerda L. Cavalcanti
Diretora Administrativa / Financeira
F: (81) 3326-9357 C: (81) 9961-7390



Não contém vírus.www.avg.com

5 anexos



ATESTADO ALUÍSIO - RESGATE GUADALUPE.pdf
374K



ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA - MOURA.pdf
816K



CAT_Resgate de Fauna_Aluisio Sales Ribeiro.pdf
18K



Procuradoria da Republica- Proposta GM- 23 abril 2024.pdf
524K



GM CONSULTORIA AMBIENTAL - Apresentação e CV - 2021 (2).pdf
165K

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

**Execução do Serviço de Captura, Resgate e Manejo de
animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus) no
Edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

RECIFE, ABRIL DE 2024

APRESENTAÇÃO

A **GMCONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, apresenta a **PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CAPTURA, RESGATE E MANEJO DE ANIMAIS DA ESPÉCIE DIDELPHIS ALBIVENTRIS (TIMBUS) NO EDIFÍCIO SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO**, em atendimento à solicitação da Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço de execução do serviço de Captura, Resgate e Manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus) será no Edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco localizado na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, cidade do Recife/PE, CEP: 52021-170, conforme apresentado na Figura 01.



Figura 1. Área de execução do serviço de captura, resgate e manejo dos Timbús (*Didelphis Albiventris*) no Edifício-sede da Procuradoria da República de Pernambuco. **Fonte:** Adaptado do Google Earth (2024).

ESCOPO DO SERVIÇO

Conforme solicitado pelo Sr. Alcione Silva, Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE, o escopo do serviço abrange:

- a) Executar a captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
- b) Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
- c) Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.
- d) O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
- e) A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
- f) Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.
- g) Desenvolver um Plano de Ação, contendo ao menos: Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas; Método a ser utilizado; Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa; Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa; Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;
- h) Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA), conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
- i) Elaborar Relatório Técnico Gerencial ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do

problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

j) Executar os serviços no período de 03 meses.

NORMAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A prestação do serviço de Execução do Programa de Resgate e Afugentamento de Fauna Silvestre atenderá os dispostos nas Instrução Normativa da CPRH nº007/2018 da CPRH que estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre em decorrência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos, sujeitos ao licenciamento ambiental.

METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Conforme informado anteriormente, para execução do serviço de Captura, Resgate e Manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus) **deverá ser elaborado um PGQA de Resgate de Fauna Silvestre que deverá ser submetido à aprovação pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).**

Portanto o serviço será realizado seguindo as seguintes etapas:

1. Elaboração do PGQA de Resgate de Fauna;
2. Obtenção de Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Fauna;
3. Execução do Resgate e captura de fauna;
4. Destinação da Fauna para o CETAS-TANGARA da CPRH;
5. Elaboração de Relatório Técnico Gerencial de Resgate de Fauna.

EQUIPE EXECUTORA E RESPONSÁVEL TÉCNICO

A equipe que executará o serviço de Resgate e Afugentamento de Fauna Silvestre **será formada por 01 biólogo mestre em Meio Ambiente e Técnico de Segurança do Trabalho com experiência comprovada na**

execução de serviços de resgate de fauna que emitirá uma Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela execução do serviço.

O profissional mencionado tem experiência na coordenação e execução de programas de resgate e afugentamento de fauna dos quais alguns estão citados a seguir:

- 02/2023 a 02/2024 – Biólogo coordenador e resgatador nas atividades de resgate de fauna nas obras do empreendimento Costa de Guadalupe no município de Sirinhaém/PE. Contratante: **GRUPO JCPM**
- 01/2022 a 02/2022 - Coordenação Técnica da Equipe e atuação como Biólogo resgatador do grupo da Avifauna na Execução do Plano de Manejo de Fauna Silvestre para Salvamento, Resgate e Destinação durante a Supressão de Vegetação nas Áreas de Intervenção das Obras das Lagoas Sul e Leste e parte do Canal Oeste da Refinaria Abreu e Lima - RNEST na Rodovia PE-60, Km 10, s/n, município de Ipojuca/PE. Contratante: **EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS)**.
- 02/2022 a 04/2022 - Coordenação e Execução do Programa de Resgate e Afugentamento de Fauna Silvestre e atuação como biólogo resgatador do grupo de Avifauna durante a supressão de vegetação do Bioma Caatinga em uma área de 14 hectares onde será implantada a Unidade Metalúrgica de Chumbo (UNIDADE 14) da empresa Acumuladores Moura S.A., município de Belo Jardim. Contratante: **ACUMULADORES MOURA SA.**
- 12/2020 a 01/2021 - Elaboração do Planos de Gestão da Qualidade Ambiental (PGQA) de Resgate e Afugentamento de Fauna do empreendimento LD 69 kV Conexão Adutora do Agreste no município de Arcoverde/PE, no domínio do Bioma Caatinga. Contratante: **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE)**.
- 07/2020 a 09/2020 - Coordenação e Execução do resgate e afugentamento da fauna silvestre (herpetofauna, avifauna e mastofauna) existente no terreno com área de 15.680,65 m² (quinze mil, seiscentos e oitenta metros quadrados e sessenta e cinco centímetros quadrados) localizado na Rua Palhambu, s/N, Lote 24A-2, Quadra B, Loteamento Sítio Palhambu, Dois Carneiros, Jaboatão dos Guararapes/PE para construção do Conjunto Habitacional com 400 unidades habitacionais da Exata Engenharia. Contratante: **EXATA ENGENHARIA SPE LTDA.**

- 12/2020 a 01/2021 - Elaboração dos Planos de Gestão da Qualidade Ambiental (PGQA) de Resgate e Afugentamento de Fauna dos empreendimentos: Usina Fotovoltaica Sol do Agreste I, II e III com área de 234,3924 hectares e Usina Fotovoltaica Sol do Agreste IV, V e VI com área de 381,4996 hectares nos municípios de São Caetano e Tacaimbó/PE, no domínio do Bioma Caatinga. Contratante: **HID PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA.**
- 09/2015 a 10/2015 - Elaboração de Programa de Proteção à Fauna do empreendimento Recanto do Sol, em Jaboatão dos Guararapes, constituído pelos Subprograma de Afugentamento e Resgate da Fauna e Subprograma de Monitoramento da Fauna. Contratante: **MOURA DUBEUX ENGENHARIA S/A.**

PROPOSTA COMERCIAL

O custo previsto para prestação do serviço de Captura, Resgate e Manejo de animais da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus) no prazo de 03 meses (90 dias) está descrito na Tabela abaixo:

CUSTO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO			
ITEM DE DESPESA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL	PRAZO DE EXECUÇÃO
1. Elaboração do PGQA de Resgate de Fauna e Obtenção de Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Fauna;	R\$6.000,00	R\$6.000,00	30 dias
2. Execução do Resgate e captura de fauna e destinação da Fauna para o CETAS-TANGARA	R\$7.000,00	R\$21.000,00	90 dias
3. Elaboração de Relatório Técnico Gerencial de Resgate de Fauna.	R\$6000,00	R\$6.000,00	30 dias
TOTAL	R\$ 33.000,00		

Recife, 23 de abril de 2024

Geraldo Miranda Cavalcante



Eng. Civil e Sanitarista

Auditor Ambiental

Re: Solicita - Orçamento - Serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie Didelphis Albiventris (timbus)**Sérgio Muniz** <sergio.muniz@taxon.com.br>

28 de abril de 2024 às 22:43

Para: "Alcione Martins da Silva (PR.PE)" <alcione@mpf.mp.br>

Olá Alcione,

Desculpe a demora, mas segue em anexo o orçamento solicitado.

Qualquer dúvida estou à disposição.
Por favor acusar recebimento.

Att.,

**Sérgio Muniz**

Biólogo e Diretor Financeiro | CRBio 85.605/05-D

TÁXON Estudos Ambientais

+55 (87) 999663079

sergio.muniz@taxon.com.br<https://www.taxon.com.br/>Em sex., 19 de abr. de 2024 às 16:07, Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br> escreveu:
Muito obrigada!Em sex., 19 de abr. de 2024 às 15:25, Sérgio Muniz <sergio.muniz@taxon.com.br> escreveu:
Olá Alcione, boa tarde.

Acuso recebimento. Iremos analisar e retornaremos em breve.

Obrigado pelo contato.
Att.,**Sérgio Muniz**

Biólogo e Diretor Financeiro | CRBio 85.605/05-D

TÁXON Estudos Ambientais

+55 (87) 999663079

sergio.muniz@taxon.com.br<https://www.taxon.com.br/>Em seg., 15 de abr. de 2024 às 11:01, Alcione Martins da Silva (PR.PE) <alcione@mpf.mp.br> escreveu:
FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Prezados,

Cumprimentando-os, refiro-me à pretensão desta Procuradoria da República em Pernambuco em contratar empresa para realizar o serviço de captura, resgate e manejo de animais da espécie Didelphis Albiventris (timbus), que estão presentes em seu edifício sede, destinando-os para o órgão estadual competente.

1. **Objeto:** Captura, resgate e manejo dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente (CETAS Tangará/CPRH).

2. – **Atividades Principais:**

- Captura dos animais, através das armadilhas instaladas em pontos estratégicos definidos previamente pela equipe técnica responsável, após análise do ambiente;
- Resgate dos animais, retirando-os das armadilhas e providenciando para que recebam os cuidados necessários;
- Translocação dos animais para o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS Tangará/CPRH, em caixas apropriadas para a espécie, incluindo ventilação adequada, higiene, segurança contra fuga e traumatismos e facilidade de transporte.
- 1. - O método de captura dos animais, incluindo os instrumentos necessários, deverá ser definido pela equipe técnica responsável.
 2. - A empresa deve possuir as licenças exigidas para o transporte de animais silvestres, conforme exigência do órgão ambiental.
 3. - Caso seja necessário, a empresa deve providenciar os primeiros-socorros aos animais.

2. - **Atividades Acessórias:**

- **Desenvolver um Plano de Ação**, contendo ao menos:
 - Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas;
 - Método a ser utilizado;
 - Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa;
 - Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa;
 - Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;
- **Elaborar o Plano de Gestão e Qualidade Ambiental (PGQA)**, conforme exigência do CPRH, para concessão da Licença de Autorização do serviço;
- **Elaborar Relatório Técnico Gerencial** ao final dos serviços, analisando o resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados no edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

- **Duração da prestação do serviço:** 3 meses.
- **Forma de pagamento:** Mensal.

Agradeço antecipadamente,

Alcione Silva
Coordenadora da Equipe de Contratações da PRPE
(81) 9999-55-278

 **PTC Resgate Didelphis MPF.pdf**
208K



PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

Apresentação

O presente documento refere-se ao orçamento para realização de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (Timbú), na Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170, a ser realizado pela TÁXON ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. (CNPJ: 18.374.556/0001-03).

As atividades previstas nesta proposta contemplam a realização de **três meses de trabalho**, organização de dados brutos em planilha eletrônica e a confecção de um relatório ao fim das atividades. O escopo amostral e metodológico das atividades de campo, bem como o conteúdo do relatório técnico, deverá seguir o padrão para esse tipo de programa.

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

Pró-labores e equipe técnica

Para a realização das atividades será contratado um profissional, biólogo ou veterinário, com experiência para o escopo do trabalho. Esse profissional emitirá a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como realizar exames clínicos admissionais e demissionais.

Estão previstos 8 dias de captura por mês, sendo 2 dias por semana. Dessa forma, ao final dos 3 meses de atividades, serão contabilizados 24 dias de armadilhas abertas para captura dos indivíduos da espécie *Didelphis albiventris*.

OBS 1: As atividades só deverão ocorrer após a emissão da Autorização de Manejo e Captura da Fauna a ser expedida pelo Órgão Ambiental responsável.

Diante do exposto, o custo total com pró-labore fica da seguinte maneira:

Grupos	Valor Diária	Diárias mensais	Meses	Valor Total
Biólogo/Veterinário	R\$ 380,00	8	3	R\$ 9.120,00
Plano de trabalho e PGQA	-	-	-	R\$ 2.000,00
Elaboração de relatório	-	-	-	R\$ 2.000,00
Coordenação das atividades	-	-	-	R\$ 1.000,00
Total				R\$ 13.120,00



PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

Logística

Abaixo fica exposto os custos com logística.

ITEM	QTDE. MENSAL	MESES	V. UNIDADE	V. TOTAL	JUSTIFICATIVA
Veículo automotivo	8 dias	3	300,00	7200,00	Deslocamento
Combustível (L)	80 litros	3	6,00	1440,00	Abastecimento do veículo
Alimentação (terrestres)	3 por dia para 1 pessoas por 8 dias	3	75,00	1800,00	Alimentação da equipe técnica (considerando R\$ 25,00 por refeição)
Iscas	-	-	-	500,00	Para captura dos indivíduos de D. albiventris
ART	-	-	105,00	105,00	Burocracia
ASO	-	-	50,00	50,00	Burocracia
EPI e Material (Armadilhas)	-	-	-	500,00	Segurança do trabalho
TOTAL				11595,00	

CNPJ: 18.374.556/0001-03

Rua Praia de Guarapari, 79 – Cuiá – João Pessoa – PB

Fones: (87) 99966 3079, (83) 98217 8774 – taxon@email.com - <http://www.taxon.com.br/>

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

Finalização

Exposto os custos necessários para a realização das atividades, finalizamos nossa proposta adicionando uma pequena margem de reserva para cobrir os custos com impostos, e quaisquer eventualidades, para garantir autonomia e capacidade de realizar o serviço sem necessidade de discutir encargos futuros:

1-Logística	R\$ 11.595,00
2-Pró-labore	R\$ 13.120,00
3-Custo parcial	R\$ 24.715,00
4-BDI	R\$ 8.650,25
TOTAL	R\$ 33.365,25

João Pessoa - PB, 25 de abril de 2024.



Sérgio Luiz da Silva Muniz
(CRBio 85.605/05-D – Diretor Financeiro)

PSE_27.24_Didelphis_MPF_PRPE_Rev.00

1 mensagem

Pedro Gouvêa <pedro.gouvea@spizaetusambiental.com.br>

13 de abril de 2024 às 09:25

Para: rubinaldosaraiva@mpf.mp.br

Prezado Sr Rubinaldo,

Como solicitado, segue anexada proposta para prestação de serviços de consultoria especializada cuja finalidade é a execução de estudo e posterior manejo (captura, resgate e destinação) dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente.

A Spizaetus Ambiental é uma empresa de consultoria ambiental que desenvolve e executa projetos de controle ecológico de fauna (Portfólio em anexo).

Desde já, agradecemos a oportunidade em podermos solucionar o problema em questão.

Pedimos, por gentileza, que acuse o recebimento deste e-mail.

Nos colocamos à disposição para esclarecimentos e ajustes na proposta.

Att.,



SPIZAETUS
A M B I E N T A L

Pedro Gouvêa

Diretor e Responsável Técnico

☎ (71) 99956-9402

✉ www.spizaetusambiental.com.br

2 anexos

 **PSE_27.24_Didelphis_MPF_PRPE_Rev.00.pdf**
1186K

 **portfolio_spizaetus_ambiental.pdf**
3546K



SPIZAETUS

A M B I E N T A L

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO - CONTROLE DE FAUNA
(PSE_27.24_MPF_PRPE_Rev.00)

SALVADOR - BA

ABRIL/2024

**PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MANEJO DE FAUNA****EMPREENDEDOR**

Razão Social	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
CNPJ/MF	26.989.715/0021-56
Endereço	Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1800 Espinheiro Recife/PE
Telefone	+55 (81) 2125-7358
E-mail	rubinaldosaraiva@mpf.mp.br
Responsável	Rubinaldo Cabral Saraiva (Coordenadoria de Administração – PRPE)

PROPONENTE

Razão Social	LG CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA-ME - SPIZAETUS AMBIENTAL
Natureza	Empresa de consultoria ambiental especializada em controle de fauna
CNPJ	22.348.005/0001-42.
Endereço	Avenida Padre Casimiro Quiroga, 236, Box 12, Imbuí, Salvador, Bahia
Telefone	+55 (71) 99956-9402
E-mail	pedro.gouvea@spizaetusambiental.com.br
Responsável	Pedro Monteiro de Castro Gouvêa

COORDENAÇÃO TÉCNICA***Pedro Monteiro de Castro Gouvêa***

Responsável Técnico

Biólogo e Mestre em Ecologia e Conservação da biodiversidade – UESC

Anilhador Sênior CEMAVE/ICMBio

Duílio Francisco Lobo

Falcoeiro Responsável Sênior

Biólogo



1. SOBRE A EMPRESA

A SPIZAETUS AMBIENTAL é uma empresa de consultoria que desenvolve e executa projetos ambientais com o objetivo de solucionar problemas e atender às demandas relacionadas ao meio ambiente. Com especialização em fauna, os serviços atendem especialmente situações neste contexto.

A equipe que compõe o quadro de sócios e colaboradores apresenta qualificação de modo a atender às especificidades dos serviços e compromissos da empresa com os clientes, parceiros, meio ambiente e sociedade. Deste modo, este quadro multidisciplinar é composto por Graduados, Mestres e Doutores, entre Biólogos, Ecólogos, Zoólogos, Médicos Veterinários e Falcoeiros.

O uso de aves de rapina por meio da falcoaria é a principal ferramenta para atender às demandas, gerenciamento de risco de fauna em aeroportos, controle de fauna sinantrópica nociva e fauna silvestre, monitoramento ambiental, treinamento e reabilitação de aves de rapina, educação e cursos ambientais, entre outros.

Visando solucionar problemas causados por animais, como pombos-domésticos, timbus, sariguês, urubus, pardais, gatos-domésticos, garças, quero-queros, entre outros, a SPIZAETUS AMBIENTAL executa como atividade principal o controle e manejo de fauna.

Empresa pioneira no controle de fauna com falcoaria que apresenta alvará da Vigilância Sanitária e única no Estado da Bahia com tal licença. Todas as aves utilizadas nos serviços são legalizadas (Nota fiscal, certidão de origem e atestado de saúde) e devidamente anilhadas, originárias de criadouros registrados e autorizados pelo IBAMA. A SPIZAETUS AMBIENTAL atende às demandas solicitadas de acordo com a legislação vigente, apresentando (**Ver Anexos**):

- Cadastro Técnico Federal (APP e AIDA);
- Cadastro Estadual (CEAPD);
- Alvará de Saúde da Vigilância Sanitária;
- Inscrição no Conselho Regional de Biologia (CRBio 08);

- Certificado de regularidade (CRBio 08);
- Responsável Técnico (Biólogo - TRT) em Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental (CRBio 08).

2. SERVIÇO

A presente proposta compreende na prestação de serviços de consultoria especializada cuja finalidade é a execução de estudo e posterior manejo (captura, resgate e destinação) dos animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus), que estão presentes no edifício sede da PRPE, destinando-os para o órgão estadual competente.

Para isso, deve-se contemplar a execução de um estudo ambiental para elaboração do Programa de Gestão de Qualidade Ambiental (PGQA), conforme exigência do órgão competente, e posterior realização do controle de fauna, conforme plano de ação estruturado em referência ao PGQA, apresentando os seguintes objetivos específicos:

Estudo

- Analisar a legislação ambiental que contempla a atividade;
- Identificar a espécie e população que habita o empreendimento;
- Realizar o censo populacional da espécie problema no local;
- Identificar pontos de utilização da espécie nos locais de interferência negativa para o empreendimento;
- Identificar focos atrativos da espécie problema no interior e entorno do empreendimento;
- Definir técnicas de manejo de fauna e medidas mitigadoras, contendo as medidas a serem adotadas pelo empreendimento, visando estabelecer diretrizes e procedimentos para controle da espécie problema no local;

Controle

- Criação de Pontos de atração através de oferta de alimento em locais estratégicos com armadilhas de captura específicas para a espécie alvo;
- Captura e translocação dos espécimes nos principais pontos de uso e de atração definidos no item anterior;
- Monitoramento populacional da espécie no entorno do empreendimento;
- Destinação dos espécimes para órgão estadual competente;
- Emissão de relatório técnico ao final das atividades;
- Proposição de medidas integradas de prevenção e controle.

As medidas utilizadas para controle serão definidas mediante aprovação do Plano de Manejo aprovado pelo órgão ambiental licenciador, portanto poderá haver alterações das técnicas empregadas.

Em concordância com os compromissos ambientais e de conservação da biodiversidade, a SPIZAETUS AMBIENTAL executa ações ecológicas para o controle de fauna, portanto não utiliza produtos que causam danos ambientais, como produtos químicos ou similares.

3. PLANO DE EXECUÇÃO – Escopo preliminar

As Atividades a serem definidas em plano de ação devem atender ao período de 03 meses (vigência do contrato).

Os serviços serão prestados mediante visitas periódicas à sede da PRPE, em periodicidade, dias e horários definidos a partir de critérios técnicos conforme o Plano de manejo, bem como acordados com o fiscal do contrato. Visando atender as especificidades da infestação e do empreendimento.

Ademais, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), será atendido o chamado do fiscal do contrato sempre que um animal da espécie for capturado por uma armadilha ou for detectada a sua presença em local que ofereça risco às instalações ou aos servidores, membros e público da instituição.

O controle será executado a fim de realizar redução significativa da espécie-problema ao longo do prazo aqui proposto.

4. PRODUTOS

Estudos de Levantamentos Técnicos: Levantamento de fauna com foco no grupo alvo (*Didelphis albiventris*) e avaliação ecológica da área de controle, no intuito de subsidiar a elaboração do plano de manejo (PGQA - Programa de Gestão de Qualidade Ambiental) conforme exigência do CPRH, e definir as estratégias de manejo e controle.

Elaboração de Plano de Manejo PGQA: Elaboração do Plano de Manejo (PGQA) com a definição das técnicas de manejo de fauna e medidas mitigadoras, contendo as medidas a serem adotadas pelo empreendimento, visando estabelecer diretrizes e procedimentos para controle da espécie problema no local, em atendimento ao órgão ambiental competente.

Relatório Técnico Final da atividade: Relatório será confeccionado descrevendo a situação do empreendimento referente ao problema com o grupo-alvo (*Didelphis albiventris*) e as medidas de manejo e controle adotadas, incluindo resultados obtidos e medidas de prevenção indicadas para reduzir ou evitar nova colonização desta espécie no local.

5. EQUIPE

Para elaboração e execução do manejo e controle de fauna, será necessária uma equipe de profissionais capacitada para tal, contemplando analista ambiental na gestão do estudo, biólogo especialista em fauna e biólogo mastozoólogo (especialista em mamíferos), de forma a atender as particularidades em relação ao grupo de fauna alvo do estudo e manejo.

Segue em **ANEXOS** currículo da equipe prevista para atuação nas atividades do supracitado serviço proposto.

6. SERVIÇOS ADICIONAIS

A SPIZAETUS AMBIENTAL se propõe a realizar palestras (público alvo: colaboradores do empreendimento), caso solicitado, com o objetivo de conscientização ambiental focada no atual problema e colaboração para o processo de controle.

Orientações aos setores responsáveis da **MPF - PRPE** em como proceder frente ao atual problema, indicando métodos eficazes na prevenção da atração e colonização da espécie, reduzindo a necessidade de se combater a espécie-problema após a infestação avançada.

7. PROPOSTA COMERCIAL

Quadro 1. Proposta técnica e comercial – Estudo de levantamento e Plano de Manejo.

ESTUDO LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO E EXECUÇÃO DE CONTROLE				
ITEM		QTDE	VALOR mensal	INVESTIMENTO TOTAL
Elaboração plano	Analista Ambiental	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
	Biólogo mastozoólogo	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Execução do controle - Recursos Humanos	Biólogo mastozoólogo	3	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Logística, documentos e insumos	Combustível	3	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
	Veículo (locação - diária)	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00
	Materiais e equipamentos	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
	Insumos	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
	Emissão de ART	1	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	EPI completo	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
SUBTOTAL				R\$ 17.450,00
TRIBUTOS E BDI				R\$ 5.584,00
TOTAL				R\$ 23.034,00

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento deverá ser efetuado até o final de cada mês em que for executado o serviço.

9. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem validade de 60 dias, contados a partir desta data.



PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MANEJO DE FAUNA

10. SIGÍLO

Está expressamente não autorizada a divulgação por qualquer meio, bem como a exposição desta proposta para qualquer pessoa ou instituição externa aos setores administrativos do **MPF** – Procuradoria da República em Pernambuco, exceto órgãos ambientais e de saúde fiscalizadores desta atividade.

Duílio Lobo (Sócio - Diretor)

Spizaetus Ambiental

Pedro Gouvêa (Sócio - Diretor)

Spizaetus Ambiental



PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MANEJO DE FAUNA

PROPOSTA TÉCNICA ORÇAMENTÁRIA

Prezados Senhores, conforme entendimento prévio, vimos através desta, apresentar proposta de preço dos serviços solicitados, abaixo relacionados.

A prestação de serviços de elaboração do PGQA e sua tramitação no órgão ambiental competente, bem como a execução de monitoramento e remoção de fauna em conflito da espécie *Didelphis Albiventris* (timbus) nas dependências da Procuradoria da República em Pernambuco, localizado na avenida governador Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE, CEP: 52021-170.

Além dos aspectos técnicos que garantem resultados no serviço, nossa empresa também oferece segurança legal, dispomos e disponibilizamos todas as autorizações necessárias e documentos que confirmam nosso compromisso com o meio ambiente e bem-estar dos animais.

ESCOPO DA ATIVIDADE

A Atividade de implantação de dispositivos de captura, manipulação e remoção de timbus só pode ser realizada após protocolo do PGQA junto ao órgão ambiental. O escopo do serviço compreende elaboração do Plano de Gestão de Qualidade Ambiental (PGQA) para protocolo ao CPRH e acompanhamento da tramitação do mesmo para autorização da atividade de remoção e resgate da fauna em conflito. O escopo também compreende a prontidão para resolução de ocorrências de timbus em áreas internas, visitas de dispersão nas áreas externas, levantamento de vulnerabilidades e confecção de relatórios mensais.

Operadores

Serão direcionados para a atividade, colaboradores devidamente identificados com uniforme da empresa e EPIs necessários para a realização das atividades.

Fluxo de atividades

PGQA

Primeira etapa das nossas atividades. Nossa equipe recolherá informações junto ao cliente sobre o local, documentações e situação dos animais. Com estas informações será confeccionado um programa específico e exclusivo para protocolo no órgão ambiental. A autorização é destinada ao empreendimento e, portanto, toda documentação deverá ser protocolada via Cadastro do Cliente no SiliaWeb. O envio dos documentos poderá ser feito pela equipe do cliente com nossa orientação ou por nossa equipe, munida de todas as informações necessárias para acesso à conta.

Taxas referentes a esta etapa são de responsabilidade do cliente. Após protocolo nossa equipe acompanhará o processo e fará modificações, caso solicitado pelo órgão.

Monitoramento

As ações de monitoramento têm por finalidade monitorar a ocorrência dos animais, rotas de deslocamento dos animais, diálogos de segurança com os colaboradores, instalação e manutenção dos dispositivos de captura e avaliação das vulnerabilidades.

Avaliação de vulnerabilidades

Além da prontidão, nossa equipe também realizará ações de monitoramento dos animais e inspeção da estrutura. Durante nossas visitas, realizaremos uma inspeção de vulnerabilidades estruturais e comportamentais dos colaboradores que atraiam os timbus, estimulem sua permanência e permitam que adentrem as estruturas internas do empreendimento. Será realizado registro fotográfico em todas as nossas atividades.

Destinação

A destinação recomendada é para o Centro de triagem e reabilitação de animais silvestres do estado, CETRAS Tangará.

Dispositivo de Captura

Após o protocolo do PGQA, caso identificado necessidade e viabilidade. Instalaremos armadilhas do tipo *tomahawk* para captura de mamíferos que adentrem o perímetro do cliente. Este tipo de armadilhamento não captura todos os animais, mas aumenta significativamente as chances de remoção antes que adentrem locais de fluxo de equipes.

Frequência

As ações ocorrerão conforme comportamento de ocupação dos timbus à estrutura do cliente. Sendo elaborado um cronograma de visitas mensal.

Atividade noturna

As atividades também podem ser realizadas no período noturno, levando em consideração o hábito comportamental dos animais.

Plano de Ação

Elaboraremos um plano contendo: Identificação dos pontos onde serão colocadas as armadilhas; Método a ser utilizado; Cronograma de execução, com a previsão das datas para o início e fim de cada etapa; Passo a passo do procedimento, incluindo etapas e sequência de realização, além da nomeação dos responsáveis por cada etapa; Documentação de referência, como manuais, estatuto, guias de segurança e assim por diante;

Relatórios

Será elaborado, ao fim da atividade, um relatório contendo análise do resultado alcançado frente ao objetivo inicial pretendido com a contratação, contendo ainda o diagnóstico das principais causas do problema e as devidas orientações para manutenção da área, para mitigar ou minimizar ocorrências posteriores.

PROPOSTA COMERCIAL

O investimento para execução deste serviço é de

ATIVIDADE	INVESTIMENTO	FORMA DE PAGAMENTO	TEMPO DE EXECUÇÃO
Elaboração do PGQA + monitoramento + remoção de timbus + destinação dos animais + relatório da atividade	R\$19.500,00	03 parcelas de R\$ 6.500,00	03 meses

A NF será emitida até o dia 05 de cada mês, o prazo para pagamento é de 30 dias. Nossa prestação de serviço se enquadra no CNAE:

- 01.62-8-03 - Serviço de manejo de animais
- Os meios de pagamento aceitos são:
- Transferência bancária ou depósito em conta:
 - Banco do Brasil
 - Agência – 3699-4
 - Conta – 38916-1
 - CNPJ – 21.225.905/0001-30
 - Favorecido – Silvestre Ambiental Ltda
 - Transferência via PIX: CNPJ – 21.225.905/0001-30

CONTATO

Fernando Petroni

Fone: (81) 4101 7627 ou (81) 99125-1738

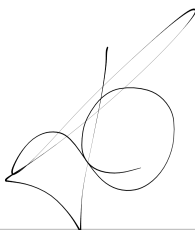
E-mail: contato@silvestrepe.com

Sem mais para o momento, aguardamos o oportuno retorno de V.Sa., para efetivarmos a contratação dos serviços propostos.

Proposta válida por 30 dias.

Atenciosamente,

Recife, 12 de abril de 2024.



Taciana Clécia Lauriano Barboza.
CRBIO 085/030- 05 D
BIÓLOGA

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de captura, resgate e manejo de animais da espécie *Didelphis albiventris* (timbus) na sede da Procuradoria da República em Pernambuco, com destinação para o órgão ambiental competente.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma resposta imediata e ser constantemente monitorado.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma ação tomada em período determinado e ser constantemente monitorado.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Demora na disponibilização da solução para a PRPE, comprometendo a continuidade dos serviços públicos, além de ocasionar prejuízo ao patrimônio público ou à segurança de pessoas.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
RISCO 02	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação.	Gestor do Contrato

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Licitação/Disputa fracassada ou deserta, acarretando desperdício de recursos (pessoal, financeiro, etc.)	
	Dano 3:	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
RISCO 03	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar o Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro e metodologia inadequados no levantamento da pesquisa de mercado, bem como a utilização de amostras de tamanho insuficiente para refletir a realidade do mercado.	

	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas
	Dano 2:	Frustração da licitação/disputa, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)
	Id	Ação Preventiva
	1	Para formação dos preços de referência, realizar pesquisa ampla e em diversas fontes.
	2	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.
	Id	Ação de Contingência
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.
	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.
		Responsável
		Equipe de Planejamento da Contratação / Área técnica
		Autoridade Competente do Órgão
		SLDE
		Autoridade Competente do Órgão / Área técnica

RISCO 04	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Área técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	SLDE
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa à frustração do certame, como por exemplo a exclusividade para empresas MEs/EPPs.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
	2	Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação.	Gestor do Contrato

RISCO 05	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação; Falha do Agente da Contratação/Pregoeiro	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica

	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 06	Risco:	RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Atraso na contratação dos serviços, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	Equipe de planejamento da contratação
	2	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.	CODAM / DICGC

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO	
	Probabilidade:	Média (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação e qualificação técnica	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional, profissional qualificado, registros nos conselhos profissionais competentes e cumprimento às exigências dos órgãos ambientais.	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM
	2	Prever no edital a aplicação das sanções contratuais	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica

RISCO 08	Risco:	FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Falta de treinamento para os servidores, na área de gestão e fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão.	
	Dano 1:	Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade do contrato.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.	Alta Administração / CGP
	2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	Alta Administração / CGP
	3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	CODAM
	4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Setor demandante
	Id	Ação de Contingência	Responsável

1	Substituição do fiscal do contrato.	CODAM
2	Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário.	DICGC
3	Em caso de interrupção dos contratos de serviços contínuos, realizar contratações emergenciais.	DICGC / SLDE

V - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	3	6
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Gestão Contratual	2	5	10
R08	Falhas na fiscalização e gestão do contrato.	Gestão Contratual	2	5	10

VI - DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07 / R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R02 / R03 R05 / R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R01 / R04	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 02, 03, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 02: FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 03: FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Para formação dos preços de referência realizar pesquisa ampla e em diversas fontes.	Fase de planejamento - ok
2	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 05: FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de habilitação

5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .
---	---	--

RISCO 06: RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de habilitação

RISCO 07: INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional, profissional qualificado, registros nos conselhos profissionais competentes e cumprimento às exigências dos órgãos ambientais.	Fase de planejamento - ok

RISCO 08: FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	Fase de planejamento - ok
4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual.

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00037436/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 17-2024

Complementar - Mapa de Riscos - Captura de timbus (Versão final).doc

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Mapa de Riscos - Captura de timbus \(Versão final\).doc](#)